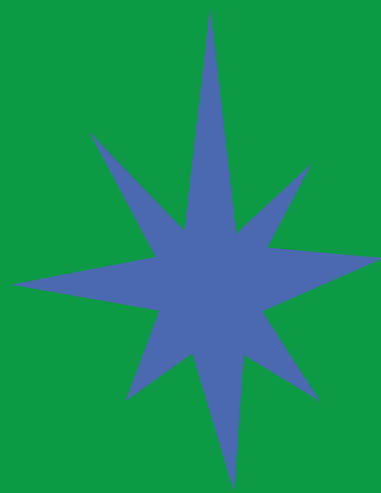


Direitos LGBTI+ **em disputa**



DADOS E
EVIDÊNCIAS PARA
CONSTRUÇÃO DE UMA
AGENDA ELEITORAL
E POLÍTICA



Instituto
Matizes

Matizes
Eleitorais





I. APRESENTAÇÃO

Esta carta resulta do trabalho do Instituto Matizes, organização LGBTI+ de pesquisa fundada em 2020, cuja missão é institucionalizar os direitos LGBTI+ no Brasil por meio da produção de dados e da difusão de conhecimento. Desde sua fundação, o Instituto produz e coordena pesquisas sobre as desigualdades enfrentadas pela população LGBTI+ no país, articulando movimentos sociais, universidades, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e o poder público.

As recomendações apresentadas neste documento têm como base um conjunto de pesquisas produzidas ou coordenadas pelo Instituto Matizes, que abordam, entre outros temas, as barreiras institucionais ao reconhecimento da LGBTIfobia como crime, os obstáculos à retificação de nome e gênero de pessoas trans e travestis, os esforços de “cura gay” e seus impactos sobre a saúde mental, o acesso à PrEP no SUS, a exclusão da população LGBTI+ do mercado de trabalho e seu custo econô-

mico e fiscal para o país, o empreendedorismo LGBTI+ e o Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+.

Esta carta dirige-se a todas as candidaturas nas eleições de 2026. As recomendações estão organizadas de acordo com o nível de responsabilização de cada poder:

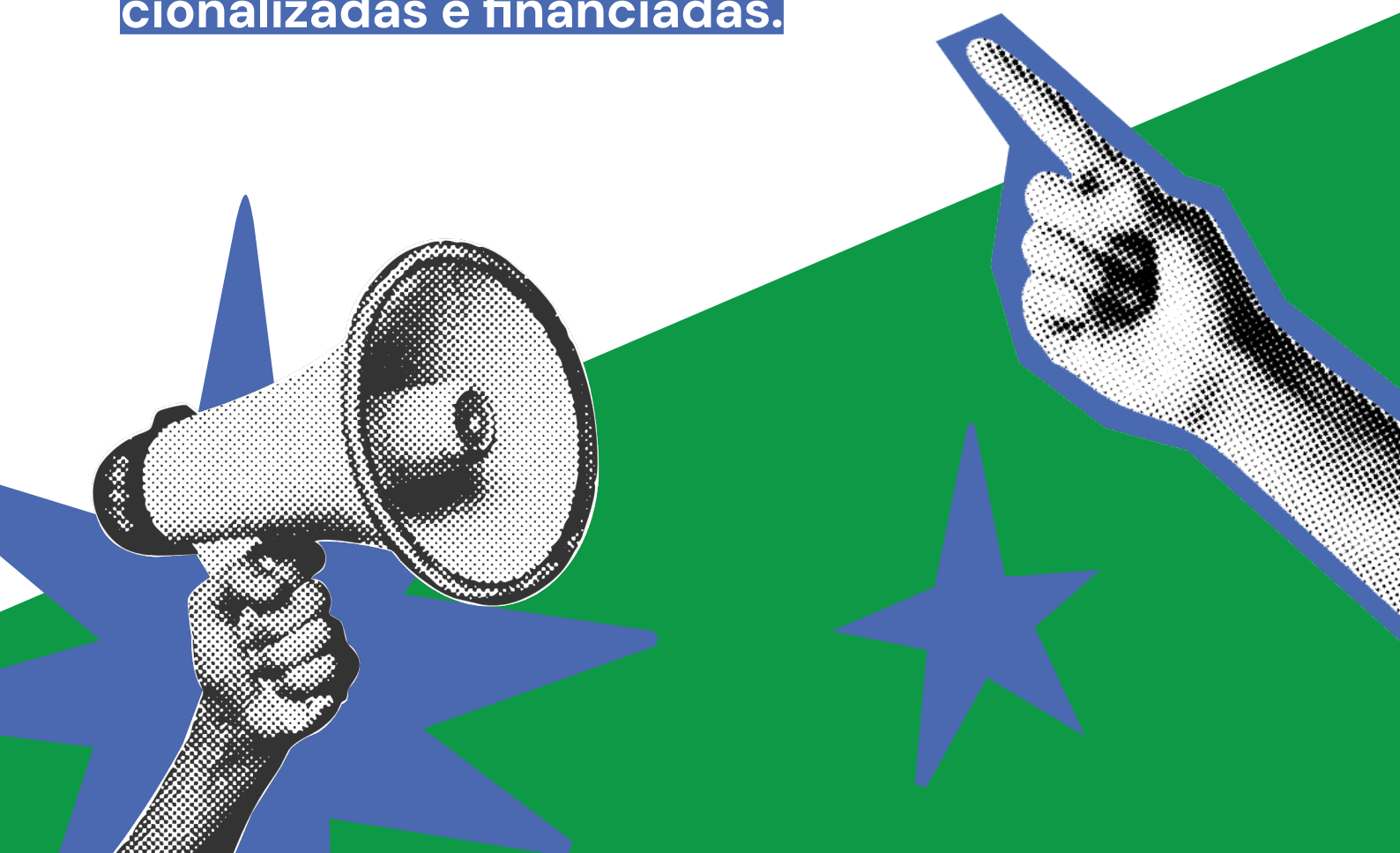
Às candidaturas ao **Poder Executivo** (Presidência e governos estaduais) cabe a formulação e execução de políticas públicas, a inclusão da pauta LGBTI+ em planos plurianuais e orçamentos, além da gestão das estruturas administrativas responsáveis pelo tema;

Às candidaturas ao **Poder Legislativo** (Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal) cabe a produção normativa que preencha as lacunas hoje supridas por decisões judiciais, além da fiscalização orçamentária e da garantia de financiamento estável para essas políticas.

O documento está em consonância com o artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a igualdade de todas as pessoas perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Fundamenta-se, ainda, na decisão do Supremo Tribunal Federal de 2019 (ADO 26 e MI 4733), que equiparou a LGBTIfobia ao crime de racismo diante

da omissão legislativa; na decisão do STF nas ações ADI 4277 e ADPF 132, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo gênero; e na Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que viabilizou o casamento civil igualitário em todo o território nacional.

Reforçamos a importância das evidências científicas como aliadas da sociedade na criação, avaliação e melhoria das políticas públicas e a urgência de transformar direitos hoje garantidos majoritariamente por decisões judiciais em políticas de Estado permanentes, institucionalizadas e financiadas.





II. RECOMENDAÇÕES PARA AS CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES DE 2026

Estas recomendações foram inspiradas na lógica do Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ do Instituto Matizes: para que um direito exista de verdade, é preciso que haja estrutura de governo para cuidar dele, que a população participe das decisões, que a política chegue de fato à vida das pessoas (por exemplo: segurança, educação, saúde, trabalho e cultura) e que exista dinheiro público reservado para isso. O próprio Índice mostra que nenhum estado brasileiro nem o próprio governo federal chega perto do ideal em nenhuma dessas frentes. Sendo assim, **há o que cobrar de qualquer candidatura, de qualquer partido.** Cada recomendação é fruto dos achados de mais de uma pesquisa do Instituto Matizes, porque os problemas enfrentados pela população LGBTI+ raramente vêm isolados.

01.

Criar uma estrutura de governo permanente para cuidar da pauta LGBTI+, e não deixar isso na dependência de decisão judicial ou de boa vontade de quem está no poder.

Hoje, quase toda unidade da federação tem algum setor que cuida do tema, mas quase nenhuma tem uma secretaria de fato; a maioria é formada por estruturas pequenas, fáceis de esvaziar quando muda o governo. Isso já aconteceu: entre 2019 e 2022, várias dessas estruturas foram extintas ou fundidas com outras pastas. Muitos direitos que a população LGBTI+ tem hoje (como casamento e união estável) vieram de decisão de tri-

bunal, não de lei, o que os deixa sem orçamento e sem estrutura garantida.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: criação ou fortalecimento de uma secretaria (não apenas uma coordenadoria) dedicada ao tema.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025); Nota Técnica 01/2023 — Pontos de Destaque sobre o Desmonte de Políticas LGBTI+; Cartilha “E LGBTI+, tem direito a quê?” (2025).

02.

Garantir que conselhos e conferências LGBTI+ tenham poder de decisão de verdade, e não apenas no papel. Mais de 1 a cada 5 estados não tem nenhum conselho para o tema, e a maioria dos que existem só pode opinar, não decidir. Quando se olha o orçamento, o problema fica pior: quase nenhum estado garante dinheiro para realizar conferências, e praticamente nenhum garante isso de forma recorrente, ano após ano.

O que deve constar no plano de gover-

no e nas propostas: previsão de conselho de políticas LGBTI+ com poder de decisão e orçamento garantido para conferências de políticas LGBTI+.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025); Nota Técnica 01/2023 — Pontos de Destaque sobre o Desmonte de Políticas LGBTI+.

03.

Investigar e registrar corretamente os crimes de LGBTIfobia, desde a delegacia até a Justiça. Uma pesquisa recente mapeou 34 barreiras que impedem esses crimes de serem reconhecidos e investigados: desconhecimento policial no registro do caso, ausência de pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero no boletim de ocorrência e medo da vítima de ser julgada de novo ao denunciar. Isso ajuda a explicar por que os dados oficiais de violência contra essa população ainda são tão incompletos.

O que deve constar no plano de governo: capacitação obrigatória de policiais e adoção de protocolos de atendimento como o Manual de Boas Práticas já existente.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Pesquisa “LGBTIfobia no Brasil — Barreiras para o Reconhecimento Institucional da Criminalização” (2021); Cartilha “Manual de Boas Práticas para Agentes de Segurança Pública no Atendimento à População LGBTI+” (2026); Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025).

04.

Facilitar o acesso à Justiça e à troca de nome e gênero em documentos. Uma pesquisa com a população trans e travesti mostrou que menos de quatro em cada dez pessoas que tentaram trocar seus documentos conseguiram concluir o processo. A lei existe, mas cartórios interpretam de formas diferentes e cobram documentos demais. O mesmo padrão aparece nos direitos conquistados via tribunal, como casamento: existir no papel não significa ser fácil de acessar na prática.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: mutirões de retificação de documentos e assistência jurídica gratuita.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Nota Técnica “Retificação de Nome e Gênero de Travestis e Pessoas Trans no Brasil” (2022); Cartilha “E LGBTI+, tem direito a quê?” (2025).

05.

Proteger crianças e adolescentes na escola, com currículo e regras claras contra a LGBTIfobia. É a área mais fraca do país no diagnóstico do Instituto Matizes: nem o Plano Nacional de Educação nem a Base Nacional Comum Curricular mencionam a população LGBTI+; além disso, as leis contra bullying não citam a LGBTIfobia nominalmente. Isso é grave porque, segundo outra pesquisa do Instituto, os esforços de “correção” da orientação sexual e identidade de gênero costumam começar justamente em casa, na igreja e na escola.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: inclusão explícita do tema no currículo escolar e formação continuada de professores.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025);

Pesquisa “Entre ‘Curas’ e ‘Terapias’ — Esforços de ‘Correção’ da Orientação Sexual e Identidade de Gênero de Pessoas LGBTI+ no Brasil” (2022).

06.

Garantir saúde de verdade, incluindo saúde mental, acesso à prevenção e tratamentos e proibição de “curas gays”. Quase metade

dos estados não oferece nenhum atendimento de saúde voltado a pessoas trans, e organizações sociais que atuam na prevenção ao HIV apontam a falta de informação como a maior barreira para o uso da PrEP; 7 em cada 10 dessas entidades consideram que os profissionais do SUS não sabem indicar a estratégia adequadamente. Soma-se a isso o impacto severo das chamadas “terapias de conversão” sobre a saúde mental dessa população, práticas que ainda enfrentam pouco combate institucional.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: criação/ampliação da atuação do comitê técnico de saúde LGBTI+ dos estados, ampliação do acesso à PrEP e vedação expressa às práticas de conversão sexual.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025); Pesquisa “Percepções das Organizações da Sociedade Civil sobre Demanda, Acesso e Adesão à PrEP no Brasil” (2026); Pesquisa “Entre ‘Curas’ e ‘Terapias’ — Esforços de ‘Correção’ da Orientação Sexual e Identidade de Gênero de Pessoas LGBTI+ no Brasil” (2022).

07.

Combater a discriminação no emprego formal e garantir que pessoas LGBTI+ permaneçam empregadas, e não apenas contratadas pontualmente. Uma pesquisa recente

estimou que a exclusão dessa população do mercado de trabalho custa cerca de R\$ 94 bilhões por ano à economia brasileira. Outra mostrou que, mesmo quando projetos de capacitação profissional funcionam, apenas 1 em cada 4 participantes consegue manter o emprego ou o negócio depois de um ano. O problema não é a falta de cursos, mas a escassez de vagas e a falta de fiscalização contra o preconceito.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: incentivo à contrata-

ção, fiscalização efetiva de denúncias de discriminação no ambiente de trabalho e programas de retenção profissional.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Pesquisa “O Custo Econômico da Exclusão Baseada em Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais no Mercado de Trabalho Brasileiro” (2026); Pesquisa “Inclusão Econômica e Geração de Renda da População LGBTQIA+ no Brasil” (2024).

08.

Apoiar o empreendedorismo de pessoas LGBTI+ com acesso ao crédito e redes de apoio, com atenção especial àquelas com mais de 50 anos. Trata-se de uma realidade diferente do item anterior: muitas pessoas LGBTI+ empreendem por não encontrar vagas no mercado formal e enfrentam dificuldade dobrada para obter financiamento; entre pessoas com mais de 50 anos, 8 em cada 10 relatam que a idade é um obstáculo adicional. Além disso, as próprias organizações de apoio a esse público apontam a captação de recursos como o seu maior desafio.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: linhas de crédito específicas, fomento técnico e programas de incentivo a pequenos negócios liderados por pessoas LGBTI+.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Pesquisa “Empreendedorismo LGBTI+ 50+ Gerações” (2023); Pesquisa “Inclusão Econômica e Geração de Renda da População LGBTQIA+ no Brasil” (2024).

09.

Reservar dinheiro público de verdade para as políticas LGBTI+, e não deixar isso como promessa vazia no papel. Apenas um em cada quatro estados tem hoje um plano de ação para a população LGBTI+ em vigor; os demais não têm nenhum ou estão com o plano vencido. E isso não é acidente: já foi documentado que o orçamento dessas políticas foi um dos primeiros a ser cortado em momentos de retrocesso.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: linha orçamentária específica e identificável, e não apenas menção genérica à “diversidade”.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025); Nota Técnica 01/2023 — Pontos de Destaque sobre o Desmonte de Políticas LGBTI+

10.

Produzir dados oficiais sobre quem é essa população, para saber o que ainda falta proteger. O

Brasil ainda não sabe exatamente quantas pessoas LGBTQIA+ existem em cada cidade ou estado, o que dificulta até calcular taxas de violência de forma robusta. Isso não é uma falha técnica isolada; é um re-

trato do quanto o tema ainda é tratado como secundário nas grandes pesquisas e nos sistemas de notificação do país.

O que deve constar no plano de governo e nas propostas: compromisso de incluir perguntas sobre orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais em pesquisas demográficas e registros públicos formais.

Para mais detalhes sobre esses achados, acesse: Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil (2025); Pesquisa “LGBTIfobia no Brasil — Barreiras para o Reconhecimento Institucional da Criminalização” (2021); Nota Técnica 01/2023 — Pontos de Destaque sobre o Desmonte de Políticas LGBTI+.





Instituto
Matizes

Matizes
Eleitorais